



O FIO DA NAVALHA: A EXTENSÃO DO DESMONTE DOS DIREITOS E AS INFLEXÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL

THE RAZOR'S EDGE: THE EXTENSION OF THE DISMANTLING OF RIGHTS AND THE INFLUXIONS FOR SOCIAL SERVICE

Ingridy Lammonikelly da Silva Lima ¹

Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida ²

Resumo

Esse artigo de cunho qualitativo, de caráter exploratório e descritivo que se fundamenta em uma pesquisa bibliográfica tem o objetivo de compreender o desmonte dos direitos sociais ocasionado pela atual conjuntura brasileira. Além disso, objetiva-se a análise dos efeitos desse momento político e econômico para o Serviço Social. O método do materialismo histórico dialético utilizado nessa pesquisa se debruça sobre as categorias mediação, historicidade e dialética com o propósito de desvelar a realidade para além da aparência, compreendendo como o processo de impeachment, que inaugura mais um golpe brasileiro para a classe trabalhadora, vem acontecendo no país e qual sua relação com o modo de produção capitalista. Diante disso, apontamos aqui como resultados um rebatimento da conjuntura política, econômica, social e cultura atual brasileira e sua relação com o capitalismo sobre o mundo do trabalho e dos direitos sociais, com fortes intervenções no Serviço Social, pela sua própria natureza.

¹Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba e Bolsistas pelo CNPQ. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (2016). Vinculada ao Setor de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Política Social e Serviço Social (SEPACOPS). Possui aproximação com o Grupo de Trabalho e com as temáticas de Política Social, Estado, Setor Canavieiro, Modernidade e Pós-modernidade e Fundamentos do Serviço Social.

²Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (1971), mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (1984), doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1990) e pós-doutorado pela PUC/SP (2004). Aplicado com os temas: avaliação das políticas sociais (com ênfase nas Políticas de Saúde e de Assistência Social), gestão social, questão social e pobreza.

Palavras-chave: Crise do capitalismo. Trabalho; Direitos Sociais. Serviço Social.

Abstract

This qualitative, exploratory and descriptive article, which is based on a bibliographical research, aims to understand the dismantling of social rights caused by the current Brazilian context. In addition, the objective is to analyze the effects of this political and economic moment for Social Work. The method of historical dialectical materialism used in this research focuses on the categories mediation, historicity and dialectics for the purpose of revealing reality beyond appearance, understanding how the process of impeachment, which inaugurates another Brazilian coup for the working class, comes happening in the country and what its relation to the capitalist mode of production. In view of this, we have as a result a rebate of Brazil's current political, economic, social and cultural context and its relationship with capitalism over the world of work and social rights, with strong interventions in Social Service, by its very nature.

Keywords: Crisis of capitalism; Work. social rights; Social Work.

INTRODUÇÃO

Os elementos que dão sustentação a discussão originária deste artigo se refere à contemporaneidade da sociedade brasileira e as mudanças no mundo do trabalho, tendo como mediações as lutas e as condições da classe trabalhadora diante da ofensiva neoconservadora de cunho neoliberal, ocasionando a intensificação do desmonte dos Direitos Sociais, com inflexões direta ao exercício prático-operativo e teórico-metodológico do Serviço Social. Observamos que o Brasil vivencia a amplificação dos elementos que dão sustentação ao capital, desde a entrada massiva do capital internacional até situações degradantes de exploração.

Portanto, para compreendermos detalhadamente como relaciona esses elementos e a conjuntura atual elencamos três pontos centrais para essa discussão: 1º A sociedade de classes é rígida por uma contradição inerente e eliminável: a produção é socializada pela classe trabalhadora e a apropriação de riqueza nas mãos de uma minoria, da classe dominante. 2º Essa contradição capital x trabalho tem sua razão na lei geral da acumulação, resumidamente, quanto mais

se acumula mais pauperismo gerado. 3º No atual momento do Brasil verifica-se ataques em todas as esferas que se refere à concessão de direitos para a classe trabalhadora, o que denota o processo de produção e reprodução do capitalismo parasitário que diante de uma crise estrutural engrena mecanismos de reestruturação que modifica o papel do Estado, a organização da classe trabalhadora e o mundo do trabalho, restando impactos para o Serviço Social, mediante a sua natureza e inserção na sociedade capitalista.

Sendo assim, os três pontos têm uma relação comum que trata-se do período de crise, de dissidência na linha lucrativa do capital, na qual a contradição capitalista tende a ser tornar mais latente, concentrando e centralizando riqueza.

A crise estrutural reorienta através do processo de reestruturação da economia todas as esferas da estrutura e da superestrutura², o Estado orientado pelos organismos internacionais passa a implementar reformas, o modelo de consumo em massa e produção em massa é substituído pelo toyotismo; o estado de bem-estar é desmontado e entra em cena as ideias neoliberais de Estado mínimo na economia e máxima liberdade econômica.

Essas modificações são parte integrante da materialização do processo de reoxigenação do capitalismo compreendendo que este se trata de um processo que envolve todo o globo e tem seu fundamento na crise em curso, iniciada em 1970, que no caso brasileiro ganha folego nos anos 1980/90 com o processo de contrarreforma do Estado e se intensifica contemporaneamente por meio de um golpe.

Esta Contrarreforma teve como marco no Brasil o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, formulado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), especificamente pelo então Ministro Bresser Pereira – 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Nesses termos, o Estado aprofunda uma perspectiva de racionalização do gasto público, deixando de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social para se tornar seu

² Estrutura: as relações de produção; Superestrutura: os costumes, os comportamentos morais, a vontade humana (Conjunto das relações ideológico-culturais) (GRAMSCI, 2000)

promotor e regulador, transferindo para a esfera privada as atividades que antes eram suas. Evidencia-se, assim, o esfacelamento da Constituição Federal, a desregulamentação e redução dos direitos sociais e trabalhistas, o desmonte notadamente da Seguridade Social no país.

Na continuidade desse processo de “contrarreforma do Estado”, mas com dimensões e características particulares, o Brasil vivenciou por mais de dez anos, com o governo do Partido dos Trabalhadores, um Estado de concessões, de aliança entre o capitalismo financeiro e políticas sociais compensatórias. Esse período é nomeado por Castelo (2012) como neodesenvolvimentismo³, prescrito pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), que tinha como objetivo último, em sua essencial, a combinação do neoliberalismo – indicado como projeto econômico do capital no processo de reestruturação produtiva pós crise de 1970 – como o desenvolvimento político e social dos países Latino Americano. Esta foi uma tendência que se deu em toda América Latina, e sem dúvidas, diante da dualidade dos enfrentamentos das sequelas da “questão social”, houve “ganhos” para a classe trabalhadora, pois havia um desmonte lento, desacelerado, mas gradual.

O ciclo neodesenvolvimentista entra em crise, diante da necessidade do capitalismo de alargar a sua lucratividade, por meio da abertura massiva do mercado, com o projeto neoliberal, no qual presenciamos o agudizamento de um Estado máximo para as relações de investimento e garantia do mercado.

O fim do ciclo desenvolvimentista foi acionado pelo impeachment vivenciado pelos brasileiros em 2016, com o objetivo fim de escancarar a atual política burguesa de fortalecimento do setor privado, acabando com a pequena concessão instituída pelos governos do PT e a classe trabalhadora.

O Estado brasileiro, por meio do seu representante máximo em sintonia com o processo de reestruturação do capital tem recuperado traços arcaicos de

³O bloco ideológico novo desenvolvimentista: o Brasil viveria uma etapa do desenvolvimento capitalista inédita por conjugar crescimento econômico e justiça social — o que inauguraria um original padrão de acumulação no país, o social-desenvolvimentismo (CASTELO, p.615, 2012).

exploração, presentes no documento intitulado “Ponte Para o Futuro”, que em nome da liberdade e crescimento econômico versa sobre a fragmentação dos direitos sociais e dar corpo e vida ao Projeto de Emenda Constitucional (PEC), de número 241, aprovada no Senado com o número 55. O PEC chamado de “Projeto de fim do mundo”, “PEC da morte”, etc, trouxe em seu conteúdo um esquema explícito de destituição dos direitos sociais, penalizando abertamente a classe trabalhadora e beneficiando ainda mais o mercado.

É em meio a esse debate fervoroso que este artigo objetiva realizar uma análise de conjuntura, guiado pelo materialismo histórico dialético, buscando apontar tendências para o mundo do trabalho, na perspectiva desastrosa do desmonte dos Direitos Sociais com a onda reacionária e conservadora em acessão. Além disso, institui um leque de discussão com o Serviço Social, trazendo a tona uma velha discussão na atual, que acaba por se reatualizar no contexto de golpe, sobre as possibilidade de materialização do Projeto Ético Político profissional.

CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E A PARTICULARIDADE BRASILEIRA

Compreender o atual contexto vivenciado pelo Brasil exige algumas considerações acerca do atual estágio do capitalismo. Partimos da concepção desenvolvida pela crítica da Economia Política que aponta os problemas sociais como sendo fruto das determinações do sistema capitalista, comungando com a centralidade do trabalho – no sentido ontológico – na vida humana e com a sua expressão mistificadora na ordem metabólica do capital.

É por meio desta categoria que o homem transforma a natureza, criando e recriando as condições necessárias para sobrevivência humana, na medida em que transforma a natureza também se transformando, adquirindo novos conhecimentos e habilidades, fundamentando e dando forma ao mundo dos homens (LUCKÁCS, 1979).

Na sociedade do capital, a mercadoria passa assumir valor de troca e o homem que antes tinha a capacidade teleológica de idealizar o fim do seu trabalho não se reconhece mais como produtor, pois os meios necessários para a produção são usurpados pela classe dominante que através da exploração do trabalho encontra um terreno fértil para produzir e reproduzir a lógica necessária para a manutenção da ordem vigente, portanto para alcançar tal condição, a categoria trabalho tem o seu sentido ontológico alienado (MARX, 1971).

Deste modo, podemos afirmar que vivenciamos o terceiro estágio da ordem monopólica do capital, que Mandel (1980) nomeia como Capitalismo tardio. O atual estágio do capitalismo é marcado pela fusão do capitalismo industrial mais bancário que abre espaço para entrada do capitalismo financeiro. O capitalismo financeiro tem como figura emblemática, o rentista. Com a construção dos oligopólios a livre concorrência é substituída por acordos econômicos e o banco deixa de ter a função apenas de pagamentos de salários e se insere no processo de reprodução do capital, isso acontece através da venda de títulos públicos e empréstimos aos países emergentes.

Os rentistas então se alimentam de um capitalismo parasitário cujo alimento é as transferências de fundos públicos para criação de um capital fictício. É nessa particularidade de acumular dinheiro permeado pelo agudizamento das expressões que fundamentam a era monopólica do capital, que a concentração se une à centralização fornecendo maior poder aquisitivo, possibilitando o fortalecimento dos “impérios do capital” através das fusões que deram início aos monopólios, estagnando a concorrência e centralizando os lucros.

As características da fase monopolista do capital demonstram o seu esforço em se desenvolver a fim de permear, de modo ainda mais contundente, todas as esferas de circulação e consumo da mercadoria. Diante disso, cabe mencionar neste estágio, o desenvolvimento tecnológico como marco essencial, graças ao desenvolvimento das forças produtivas. O desenvolvimento tecnológico que permitiu a aceleração e o parcelamento do trabalho, o que culminou no alargamento da produtividade.

O capitalismo monopolista permitiu que a humanidade vivenciasse um dos períodos mais grandiosos do sistema capitalista, chamado dos “anos gloriosos”, que teve como marca de consenso a ascensão do Welfare State ou Estado de Bem Estar Social, que possibilitou melhores condições de sobrevivência para a classe trabalhadora, ao menos nos países de capitalismo desenvolvido.

Este feito não foi possível no Brasil, país latino americano de economia subdesenvolvida. Se investigarmos a formação capitalista brasileira possivelmente teremos a resposta para a compreensão que cercam a particularidade da formação do Brasil a partir do capitalismo. Para Mazzeo (1997) o Brasil não vivenciou uma revolução como os demais países capitalistas, em seu modelo clássico, o que houve foi uma “revolução pelo alto”, com um aceleração da transposição do modelo concorrencial para o monopolista.

Os princípios já existentes foram preservados e aprofundados. A aristocracia rural passou a denominar-se burguesia, contribuindo com a manutenção do capitalismo a nível mundial. Enraizado em uma economia agrária, os aspectos coronelistas e patriarcalistas são ainda mais evidentes, sendo imediatamente incorporado aos aspectos de dominação capitalista, o que tornou ainda mais ofensivo à formação brasileira, principalmente no que tange a organização política da classe trabalhadora.

Na atual fase do capitalismo, o Brasil vivencia os influxos da crise iniciada em 1970 a nível mundial (ainda em curso), que passou a ser mais contundente na realidade brasileira a partir de 1990 e se intensifica atualmente com o golpe midiático do impeachment da Presidenta Dilma.

A resposta à crise do capital proporcionou uma reação mundial, com rebatimentos em todas as dimensões societárias. Segundo Mandel (1980) o capitalismo passou a se configurar por meio da expansão capitalista, que barra a concentração de capitais, ocasionado pela centralização da idade dos monopólios, por meio dos superlucros tecnológicos, expandindo as negociações para o setor tecnológico, ou seja, o capitalismo busca a sua amplificação, ocupando todos os

campos e intensificando ainda mais o processo econômico lucrativo, a fim de retomar a lucratividade dos “anos gloriosos”.

No Brasil, os efeitos deste marco temporal começaram a ser sentidos em 1990, pós o período ditatorial, que assolou toda América Latina, a partir dos anos de 1960. Como já supracitado, o Brasil não vivenciou os efeitos dos “anos gloriosos” que permitiu a classe trabalhadora firmar consensos por meio do Welfare State. Ao contrário disto, o reconhecimento dos direitos sociais no Brasil foi bastante tardio, devido à dificuldade organizativa da classe trabalhadora, que estavam imbuídas na herança aristocrática, coronelista e escravista da formação brasileira.

Contraditoriamente, os anos de ascensão dos direitos sociais marcou também o lapso de abertura brasileira para o processo de reestruturação produtiva do capital. Regionalmente tínhamos uma efervescência política que clamava pela reabertura democrática, coagulada pelos movimentos sociais que lutaram durante o período de recessão democrática. Mundialmente, o capitalismo já materializava a sua ofensiva por meio do projeto neoliberal. Se de um lado, vivia-se a construção da Constituição “cidadã”, por imprimir avanços no que tange aos direitos coletivos, do outro, inicia-se o processo de desmonte dos direitos sociais, com os princípios da privatização, terceirização e desregulamentação do mundo do trabalho, pela via do projeto neoliberal, que se revigora em sua forma clássica no atual período histórico do Brasil.

O discurso do Estado era de reformar as ações estatais e da livre abertura ao mercado para estabilizar a economia e proteger-se das ameaças internacionais. O crescimento econômico era a principal desculpa para a instituição da crise, que se respaldava no equilíbrio econômico e no alcance do título de país desenvolvido. A contrarreforma⁴ do Estado tratou-se/trata-se de um processo que tem como principal objetivo instaurar e consolidar o projeto neoliberal que havia sido programado pelos setores do capitalismo central.

⁴ Ver discussão de contrarreforma em Behring (2008)

A Seguridade Social, constituída por três Políticas principais, Assistência, Previdência e Saúde, com os princípios garantidores da universalidade e gratuidade, passam a ser inflexionadas, deslocando o dever do Estado para o setor privado. As Políticas Sociais como substancialização dos direitos sociais da classe trabalhadora, apresentaram-se como respostas advindas da organização da classe trabalhadora no período autocrático burguês. Deste modo, o desmonte das Políticas que compõem a Seguridade Social, representa um embate direto à classe trabalhadora, explicitando a sua “culpabilização” por parte do Estado.

Com o discurso de que as empresas estatais estariam gerando gastos e não mais lucros aos cofres públicos, as empresas estatais foram repassadas a pequenos custos aos setores privados. Segundo Behring (2008) o setor energético foi, em sua grande parte, privatizado a partir dos anos de 1990, além da abertura e edição da legislação em vigor para a comercialização privada da Petrobras.

A partir de então, a legislação previdenciária vem sofrendo fortes ataques desde o período da instauração da contrarreforma até os dias atuais. As emendas constitucionais reduzem o tempo de aposentadoria e empurra, cada vez mais, a responsabilidade estatal para o setor privado, com o projeto dual da previdência privada, previsto na reforma em tramite da Previdência.

Segundo Antunes (2009), a partir dos anos 1970, o processo de *reestruturação do capital* passou a exigir, cada vez mais, um trabalhador qualificado, participativo, multifuncional, polivalente, as quais ditaram “novas” relações entre Capital X Trabalho. Nesse entendimento, Antunes (2009) ressalta a desregulamentação das leis trabalhistas, fragmentação da classe trabalhadora, destruição do sindicalismo e da luta social com caráter de classe, entre outras características.

A inserção de técnicas informacionais, com o advento da III Revolução Tecnológica, ocasionou o que Antunes (2011) vai chamar de *desproletarização do trabalhador industrial*, ou melhor, a redução do trabalhador do chão de fábrica, o que proporcionalmente acarreta o desemprego estrutural, tornando a classe trabalhadora, cada vez mais, heterogenizada e fragmentada. Além disso, as

transformações/mudanças no mundo do trabalho ditaram relações trabalhistas diferenciadas em sua aparência, ao passo que incentiva a autonomia do trabalhador, pregando o trabalho autônomo como melhor saída para a classe trabalhadora, tangencia a subproletarização, abrindo mais e mais o leque do trabalho informal.

O mundo do trabalho, desde a instauração da primeira cerca, com a demarcação da propriedade privada, tem alienado o seu verdadeiro caráter, o seu sentido ontológico. As crises, como processos inerentes da sociedade capitalista possuem este caráter, de intensificar ainda mais esta alienação, camuflando a centralidade e lhe utilizando para fazer o giro do ciclo lucrativo, através da exploração da classe trabalhadora. Esta intensificação não tem sido diferente na atual fase vivenciada pelo Brasil, que nos apontam algumas tendências para o mundo do trabalho e os ônus de tais tendências para a classe trabalhadora, com a destituição dos Direitos Sociais.

ELEMENTOS PARA COMPREENSÃO: IMPEACHMENT PARA A BURGUESIA, GOLPE PARA A CLASSE TRABALHADORA

O Brasil enquanto um país subdesenvolvido, economicamente, defrontou-se com alguns empecilhos que dificultava a entrada massiva, principalmente, quando se trata de investimentos internacionais. A tese que defendemos infere que o subdesenvolvimento dos países latino americanos, onde se inclui o Brasil, aliado a articulação dos movimentos sociais no pós-período de recessão democrático, fez com que o capitalismo traçasse estratégias particulares, que resultou no que Castelo (2012)⁵ chama de “neodesenvolvimentismo”. O novo desenvolvimentismo trata-se de uma postura política e econômica adotada nos países de capitalismo periférico, subsidiada pela Comissão Econômica da América Latina e Caribe (CEPAL). Parte

⁵ O bloco ideológico novo desenvolvimentista: o Brasil viveria uma etapa do desenvolvimento capitalista inédita por conjugar crescimento econômico e justiça social — o que inauguraria um original padrão de acumulação no país, o social-desenvolvimentismo (CASTELO, p.615, 2012).

do pressuposto de que o projeto neoliberal não deu conta de solucionar as problemáticas que afetam todas as dimensões da sociedade. Deste modo, a solução seria um desenvolvimento econômico aliado ao desenvolvimento social e a capacidade de acessão de todos os humanos na sociedade capitalista (o que é impossível). Desta forma o novo desenvolvimentismo age criando políticas sociais de transferências de renda, proporcionando o poder aquisitivo das camadas pauperizadas, agindo também com políticas compensatórias, que passa a dar possibilidades antes não existentes.

Assim, a ascensão dos governos ditos progressistas, algo que aconteceu na maioria dos países da América Latina, corresponde ao período de desencantamento proporcionado pelas empreitadas da direita brasileira, principalmente, pela cobertura do golpe militar de 1964, revelando as contradições e o movimento diverso desta sociedade.

Em 2003 Luís Inácio Lula da Silva chega à presidência do nosso país como resultado de um contexto adverso, permeado pela retomada burguesa, por meio do processo de reestruturação produtiva, e pela ascensão dos movimentos sociais formado por segmentos da classe trabalhadora.

O governo de Lula, chamado por alguns de Lulismo, pelo seu caráter populista, se deu através de uma política de relações, estabelecidas com a classe burguesa e o proletariado. As políticas sociais materializavam algumas das reivindicações da classe trabalhadora, ao passo que, o governo se valia da natureza contraditória da Política Social, possibilitando através desta a abertura do crédito, impulsionando o mercado.

O advento de um governo dito de esquerda não barrou a entrada neoliberal no país. No entanto, podemos afirmar que as ações neoliberais trataram de ser disfarçada no campo da aparência, combinando a abertura do mercado, com forte intervenção estatal no privado, com doses medidas de reconhecimento da luta da classe trabalhadora.

O governo do Lula sobreviveu a dois mandatos, com sua política “em cima do muro”. Em 2011 Dilma Rouseff assumiu a presidência, como a primeira mulher eleita no país, dando continuidade a política instaurada pelo Partido dos Trabalhadores.

Existem diversas teorias e caminhos que nos levariam a compreender, pelo menos no campo da aparência, as determinações dos fatos que são presenciados na contemporaneidade do Brasil. Entretanto, compartilhamos da compreensão do Boito Júnior (2016, p. 32-33), quando ele afirma que: “O enfoque teórico que entendemos ser o mais elucidativo é o enfoque marxista. Ele não parte nem dos indivíduos nem das correntes de opinião, mas sim das classes sociais”.

Explicitamos isto para esclarecer que os questionamentos não devem ser individualizados, mas sim tratados como frutos da contradição inerente desta sociedade, que finca-se, evidentemente, - por não existir neutralidade – em representantes. Destarte, os elementos vivenciados pelo Brasil atualmente corresponde à arquitetada manobra do capital, a fim de se reedificar, por meio da amplificação do mercado, em detrimento dos direitos da classe trabalhadora. Ou seja, a “aliança” instaurada entre os Governos do Partido dos Trabalhadores com a classe trabalhadora não se sustentava, diante do fortalecimento do projeto neoliberal a nível global, que expandia e postulava pelo fim das “regalias” para a classe trabalhadora.

Este contexto proporcionou a demonstração do real cerne dos Governos Petista, o que resultou em uma série de protestos, que teve como marco as jornadas de Junho de 2013, na qual milhares de pessoas em todo Brasil saíram às ruas para reivindicar, inicialmente, pelo passo livre, mais que, posteriormente, configurou-se em manifestações por lutas fragmentadas. Aliado as manifestações de Junho ocorreram sucessivas greves e ocupações, o que segundo Braga (2016) já demonstra a insatisfação da classe trabalhadora perante as ações dos Governos do PT.

Entretanto, com todas as problemáticas que envolvem os Governos do PT, não há como negar que houveram muitos avanços para a classe trabalhadora e que mesmo com o giro para a direita, o reconhecimento da existência de uma classe

subalterna, proporcionou a reeleição da Presidente Dilma em 2014 no segundo turno, somando mais uma derrota para a burguesia brasileira.

O segundo mandato de Dilma, inconcluso, foi permeado por cobranças da burguesia pela instauração do ajuste fiscal, que se tratava de medidas antipopulares, a exemplo da Reforma da Previdência, que culminaria, diretamente, sobre uma desastrosa destituição dos direitos trabalhista.

Deste modo, tornou-se insustentável governa, fazendo a interseção entre as duas classes antagônicas, tentando conciliar o inconciliável, diante da insatisfação de ambas as partes. Assim, inicia-se um processo ilegítimo de petição de impeachment resguardado no discurso da corrupção, por “pedaladas fiscais”.

O processo de impeachment na sua aparência foi sustentado pelos escândalos de corrupção que envolvia o Partido dos Trabalhadores, aliado a problemas de governança, apontados pelos partidos de direita. Na verdade, na essência do processo estava contida a urgência da direita pela tomada de poder, a fim de acionar a (contra) reforma fiscal, em um aprofundamento desmascarado do projeto neoliberal. Além disso, pela política populista dos Governos do PT, havia-se o temor de mais uma derrota democrática em 2018 da direita, que por mais de dez anos teve que conviver com o reconhecimento dos direitos da classe trabalhadora. É preciso salientar que diante das particularidades brasileira, historicamente, democracia é algo repudiado pela elite burguesa e que durante este processo foi, amplamente camuflado, com o auxílio das grandes segmentos da mídia do Brasil, fazendo com que inconscientemente, levados pela categoria da alienação, eclodisse manifestações pro-impeachment, clamando pela volta dos militares, fazendo com que a tragédia de 64 fosse editada como farsa, como ocorreu no “*O 18 Brumário de Luís Bonaparte*”, descrito por Marx.

Assim, em 2016 por meio de diversas votações entre aqueles eleitos para “representar” a voz do povo, foi deflagrado o impeachment, compreendido pelos parlamentares como a punição pelo crime de ordem política e pelos intelectuais críticos da nossa esquerda como um Golpe orquestrado, como nos afirma Löwy (2016, p. 54) “[...] foi um golpe de Estado. Golpe de Estado pseudolegal,

O fio da navalha: a extensão do desmonte dos direitos e as inflexões para o serviço social “constitucional”, “institucional”, parlamentar ou o que se preferir, mas golpe de Estado”.

Ao assumir o Governo Federal Michel Temer, junto à equipe parlamentar, encarrega-se do compromisso firmado no projeto “Ponte Para o Futuro”, que tem sua expressão máxima na Emenda Constitucional de número 241, passando, no Senado a ser 55.

A proposta presente já na “Ponte Para o Futuro” demonstra o futuro proposto para o mundo do Trabalho. Sob os problemas apontados pelo documento referente ao orçamento, a aprovação da emenda 241-55 trata de legalizar o congelamento por vinte anos dos investimentos nas áreas sociais. Ou seja, a fim de conter os gastos, concentrando os investimentos, a proposta do governo impõe que as despesas estejam baseadas no antigo orçamento, o que implica diretamente na oferta de serviços por parte do Estado.

Em períodos de crise, que resultam em ajustes fiscais, a classe trabalhadora é a principal pagadora das contas, e neste lapso não será diferente. Os direitos sociais, materializados por Programas e Políticas de cunho Social são vistos como geradores de grandes despesas para o Estado. Falar de modo explícito do fim dos direitos conquistados pela classe trabalhadora seria um ato de ingenuidade frente ao poder político dos movimentos sociais, por isso o que vem sendo propostos são mudanças, transvestidas de reformas.

O que havia de tímido no Governo do Partido dos Trabalhadores passou a ser explícito no Governo de Michel Temer. O projeto neoliberal, ganha força e passa a se concretizar.

Os ônus para a classe trabalhadora já são possíveis de serem contabilizados. No Art. 103 do da Lei 241-55 podemos perceber o barramento dos direitos sociais trabalhistas. Se os Estados descumprirem o que estar posto por essa emenda, a despeito do que já estará acordado, com a retenção dos investimentos, terá as seguintes vedações:

O fio da navalha: a extensão do desmonte dos direitos e as inflexões para o serviço social

I - à concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de servidores públicos, inclusive do previsto no inciso X do caput do art. 37 da Constituição, exceto os derivados de sentença judicial ou de determinação legal decorrente de atos anteriores à entrada em vigor da Emenda Constitucional que instituiu o Novo Regime Fiscal;

II - à criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;

III - à alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - à admissão ou à contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa e aquelas decorrentes de vacâncias de cargos efetivos; e

V - à realização de concurso público. (BRASIL, 2016).

As punições para o descumprimento desta medida têm como fim a penalização ainda mais devastadora da classe trabalhadora, que fica com a ameaça de vedação dos concursos públicos, alimentando ainda mais a política coronelista do nosso país e proporcionando a desestabilidade da classe trabalhadora. Além disso, a proposta, ainda, prejudica o plano de cargos e carreiras, por estagna-lo, sem permitir qualquer aumento, fazendo com que haja uma desilusão entre aqueles/as que planejam aperfeiçoar os seus saberes.

É na “ponte para o futuro” para o capitalismo financeiro e na ponte para o passado para classe trabalhadora que as alas conservadores brasileiro consolidam suas propostas de desmontes dos direitos sociais. A defesa do Governo Temer de ajuste fiscal é baseada “num ajuste de caráter permanente que sinalize um equilíbrio duradouro das contas públicas, que ferre a Constituição Federal porque tende à abolir às cláusulas pétreas previstas nos incisos II, III e IV do § 4º do art. 60, referente, respectivamente, ao voto direto, secreto, universal e periódico; à separação de Poderes e aos direitos e garantias individuais.

A Emenda Constitucional 241/55 não foi o único projeto aprovado, passou também pelo Congresso a Lei da Terceirização, a Reforma do Ensino e a Reforma Trabalhista, esta última ocasionando ainda mais devastação para os Direitos Sociais da Classe Trabalhadora, pois coloca por terra anos de lutas e conquistas.

Enfim, estamos diante de uma conjuntura de redução dos direitos sociais, intensificação da exploração do trabalho e aumento do pauperismo. Nada passará imune a atual configuração do capitalismo na sociedade brasileira, pois há inflexões em todas as estruturas seja no âmbito econômico, social, político e no cultural.

E O SERVIÇO SOCIAL? O PROJETO ÉTICO POLÍTICO EM MEIO AS RUÍNAS DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

José Paulo Netto, na quadra dos anos 90 escrevia sobre tendências que estavam no percurso histórico do Serviço Social. Tratou sobretudo, das demandas institucionais neste novo cenário, que implicaria na legitimidade da profissão e na manutenção da sua direção crítica.

A profissão é posta à prova, justamente, no marco em que se expande seu arsenal teórico-metodológico e político. O processo formativo é colocado em xeque, pelas novas configurações que se coloca para a educação pública brasileira. De um lado temos o direcionamento representativo da profissão, na figura da ABEPSS, formulando Diretrizes ancoradas no método, com uma composição formativa sócio-histórico, de viés político, não neutro, e, de outro as diretrizes preconizadas pelo Ministério da Educação que passam a valorizar ainda mais a formação para o mercado de trabalho, desprezando qualquer instrução política pertencente ao campo crítico. Aliado a isto, os governos petistas capitanearam uma expansão do Ensino Superior, importante, mais repleta de complicações, capitaneada pelo REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais).

A expansão do Ensino Superior não foi acompanhada de uma maior qualificação do Ensino Básico, ocasionado um hiato entre as duas fases de ensino, provocando um rebaixamento, já previsto por Netto, do nível de conhecimento. Alia-se a isso, a expansão do projeto ideológico burguês, de esvaziamento do campo cultural e artístico, com a emersão da alienação, em seu nível máximo, com a ajuda do avanço impensado do setor tecnológico.

Isso acarretou ao Serviço Social o crescimento do Ensino Privado, que vem se destacando com o Ensino a Distância, as EADs. Recentemente houve efervescência em torno dos cursos de extensão, que vinham certificando assistentes sociais, sem a menor preocupação com a formação que direciona os organismos representativos desta categoria.

Temos então uma problemática que envolve dois elementos centrais, com respaldo em todas as dimensões que forma o Serviço Social. A formação em Serviço Social hoje enfrenta uma Educação Superior Pública sucateada e uma Educação Superior Privada, sem nenhuma preocupação com as normativas instituídas pelo conjunto CFESS, CRESS e ABEPSS.

O espaço sócio-ocupacional por sua vez, que é o campo de materialização do conhecimento do Serviço Social, espelha todo esse processo, das lacunas da formação, que se unem a um panorama desafiador que vai além da própria contradição em que é instituída a profissão, sendo o Estado o seu empregador. Os espaços de trabalho do Serviço Social não estão imunes da precarização do trabalho, que tendem a se agravar com a Reforma Trabalhista.

As previsões feita por Netto em 1990 são hoje ainda mais devastadoras. Exige-se do profissional do Serviço Social ainda mais autenticidade nas respostas as problemáticas que se agravam pelo o atual caráter da sociedade capitalista, de destituição dos direitos sociais.

O projeto em curso é claro e é preciso entende-lo como um projeto de classe, como o projeto da classe burguesa, que trata de instituir o lugar da classe trabalhadora, que sem dúvida é cada vez mais de explorada. Não há mais concessão, estão estabelecendo o ponto final em qualquer possibilidade democrática pela via das Políticas Sociais, em uma abertura ao mercado privado, pelo liberalismo em sua versão mais clássica.

Hoje se fala abertamente no retorno da Ditadura Militar, cresceu a defesa pelas ideias fascistas. A história “passada” parece nunca ter existido. A sociedade parece estar dividida entre aqueles que disseminam o ódio à esquerda e propagam

o militarismo, o patriotismo, o liberalismo, o que no caso brasileiro, atualmente, tem sua expressão máxima de fúria contra o Partido dos Trabalhadores.

Essa polarização tem interferência no Serviço Social, pois fragiliza a luta de classe e alimenta o projeto ideológico e material da burguesia. Neste ponto, exige uma discussão que não é nova na profissão, mas que se fez pertinente até hoje. Trata-se da vinculação do Serviço Social junto aos movimentos sociais, que envolve as formas de resistência instituídas por esse conjunto profissional, respeitando os limites do ser profissão.

Atualmente, a frente organizada do Serviço Social se restringe aos os organismos representativos da profissão. O CFESS e a ABEPSS enquanto instâncias nacionais têm travado lutas importantes contra a atual lógica societária, na defesa constante pela manutenção do Projeto Ético Político do Serviço Social.

A ABEPSS vem travando lutas no campo da formação, com o Projeto ABEPSS itinerante e as Oficinas Regionais e Nacionais, que pautam estratégias de enfrentamento ao sucateamento do ensino público em detrimento do ensino privado. O CFESS por sua vez, além de exercer o caráter fiscalizador da formação e atuação do Serviço Social, pública chamadas, através do “CFESS Manifesta”.

Ambos produzem manifestos, organizam eventos provocativos e reflexivos, no interior da categoria profissional. No entanto, é preciso estar atento para as inflexões da nova lógica capitalista, da qual o Serviço Social não está protegido apenas pelo seu direcionamento crítico, ético e político. Deste modo, é notório inclinações próprias dos atuais movimentos sociais, que tendem fragmentar a luta de classe, em nome de lutas específicas, singular as concepções do pensamento pós-moderno.

Percebe-se a utilização de pautas secundárias, que são importantes, mas que precisam estar articuladas com a luta geral da classe trabalhadora. Não há dúvidas quanto ao objetivo dos organismos representativos, não há dúvidas de que essas discussões estão sendo realizados sem perder a centralidade da problemática capitalista. O que nos preocupa é o entendimento dos profissionais, que se

O fio da navalha: a extensão do desmonte dos direitos e as inflexões para o serviço social encontram imersos em um emaranhado social fragilizado, precarizado, destituído dos aspectos políticos e éticos.

São reflexos que não tem intuito de reprovar o papel imprescindível dos órgãos representativos da categoria, mas que objetiva esclarecer lacunas existentes que precisam ser sanadas para que a profissão possa garantir a direção crítica, condizente com a realidade social, diminuindo o hiato existente entre

Questiona-se, diante das transformações societárias, se o Serviço Social ainda compreende a pobreza, a desigualdade social, e todas as expressões da “questão social”, pelo prisma da contradição existente entre a forma acumulativa do capitalismo, na qual o Trabalho é explorado. Ou, se seria o entendimento da profissão pela via particular, singular, que acaba por recuperar traços inerentes da formação conservadora do Serviço Social, que desvincula os problemas sociais da sociedade capitalista.

A própria dinâmica societária leva a compreensão da realidade de modo fragmentado, volátil. A rapidez cotidiana mediada pelo avanço tecnológico tem levado a destituição, na aparência, das relações entre os homens, que aprofunda a relação entre as coisas, desfazendo o ser pelo ter. As transformações societárias contemporânea elevam a contradição capitalista para seu ápice, todas as características desmiuçadas por Marx em seu método, tratam de serem aprofundadas, em uma mistificação da realidade, em que torna a classe trabalhadora ainda mais heterogeneizada.

No que confere o Serviço Social, é notório a sua resistência, mas é inegável as suas limitações em uma conjuntura que chama atenção pelo seu arsenal conservador, midiático de ordem (neo)liberal, que faz os assistentes sociais encontrar o seu limite como profissão.

Por isso, uma das formas de enfrentamento as atuais expressões da atual configura-se capitalista, trata-se da relação com a luta geral da classe trabalhadora, na qual o Trabalho é Categoria central eliminável. A Categoria Trabalho precisa está presente de forma mais assídua na profissão, guiando a compreensão de mundo e operacionalizando os instrumentais práticos-operativos.

A interlocução com novas temáticas, no interior do Serviço Social, deve ser precedida do entendimento de que “O trabalho é, e será sempre, um elemento cujo papel mediador é ineliminável da sociedade e, portanto, da sociabilidade humana (RANIERI, 2016, p. 112)”.

Foi através da compreensão das expressões da “questão social”, como sendo fruto da contradição capitalista que o Serviço Social conseguiu avançar e construir a sua imagem, consolidando-se enquanto profissão inserida na divisão sócio histórica do Trabalho, com um peso social do seu reconhecimento na luta social como classe trabalhadora.

Deste modo, recuperar a história do Serviço Social é também recuperar a ligação da profissão com a Categoria Trabalho, a fim de elevar as discussões que vem sendo realizadas pelas profissionais, qualificando ainda mais a atuação prática e política no desenvolvimento da práxis social, assegurando a manutenção do Projeto Ético Político no enfrentamento as transformações contemporâneas.

O Serviço Social precisa estar atento as armadilhas que se coloca na realidade, ainda no campo aparente, traçando estratégias contundentes, sabendo dos limites institucionais de uma profissão que tem como seu maior empregador, o Estado.

O aprofundamento da lógica da sociedade capitalista, que adentra todos os espaços da sociedade, no campo objetivo e subjetivo, exige da profissão, especialmente, dos organismos representativos – por direcionar o contingente populacional de assistentes sociais – ações rápidas e práticas, que requerem conhecimento jurídico e político da categoria.

O dilema central do Serviço Social contemporaneamente é compreender que seu lugar na divisão sócio técnica do trabalho implica em limitações, que corresponde ao ser profissão, contudo, essas limitações devem ser transvestidas em desafios, em desafios que ultrapassam a concepção de profissão e exige a lembrança que o coletivo de assistentes sociais é formado por sujeitos sociais, capazes de construir a sua própria história.

CONSIDERAÇÕES

Diante do exposto no decorrer do artigo, cabe-nos responder qual relação o capitalismo contemporâneo tem na particularidade arcaica brasileira, em um país que tem suas bases econômicas fundamentada na agro-exportação e nas relações de trabalho marcadas no escravismo. Neste país se une o arcaico com o moderno, naquilo que o Florestan Fernandes classificou como “modernização conservadora” de um país dependente e combinado que segue orientações dos países centrais.

Logo, assim que analisamos o capitalismo financeiro na entrada da III revolução tecnológica em uma era globalizante cujos lucros dos bancos encontra-se em crescente lucratividade e o pauperismo assume semântica latente, passamos a entender como essa macroeconomia refletem na microeconomia brasileira. Esse país de terceiro mundo com síndrome de desenvolvimento tem assumido na contemporaneidade um papel importante na entrada do capital fictício. São nos países subdesenvolvidos que esse capital flutuante tem encontrado seus fundamentos, na medida em que as grandes multinacionais encontram mão-de-obra “escrava” disponível no mercado, além de encontrarem nenhuma dificuldade territorial e legislativa para montar suas grandes indústrias e ainda são recompensados com a inserção de impostos.

Como o capital não sobrevive sem a mais-valia produzida pelo trabalho, parte dessa produção é transferida via políticas sociais e pagamento das dívidas para o capitalismo financeiro. Resumidamente: o capital financeiro de face parasitária para sobreviver precisa se apropriar de parte da mais-valia produzida, isso vem acontecendo mediante a financerização.

Dessa maneira, em países subdesenvolvidos com uma formação sócio-histórica atrasada, tanto o capital industrial como o capital financeiro são fortemente beneficiados. Já a outra ponta do iceberg a classe que vive do trabalho, encontra-se mergulhadas em um fracasso societário de implementação do socialismo em um contexto de fortes investidas ideológicas, a fim de manter o processo de alienação e de controle da classe explorada.

Com o apoio de todo um arcabouço midiático, de um aparelho de privado de hegemonia (o Estado), de um aparato militar repressivo e de condições precária de trabalho, que a classe trabalhadora – e aqui consideramos todos aqueles que vendem sua força de trabalho para sua sobrevivência – estar diante de um fetichismo da realidade, que concomitantemente, propõe para essa classe uma defesa de interesses que não são seus. É essa a relação do processo de impeachment com o modo de produção capitalista.

É, pois, em um lastro retrogrado de aprofundamento do pauperismo e do lúmpémproletariado marcado por relações sociais alienadas e reificadas, estando a classe trabalhadora diante dos desmontes sociais e avanço do conservadorismo de cunho fascista em todo globo.

Portanto, reatualizando o que Friedrich Engels (2005) disse certa vez, que se estende ao Serviço Social: “A sociedade burguesa acha-se num dilema: avanço ao socialismo ou regressão à barbárie”.

Referências

ANTUNES, R. L. C. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. – 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

BOITO JR, A. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. São Paulo, 2012. Disponível em: Os autores e o enredo da crise política. *In*: **Por que gritamos Golpe?**. Boitempo, 2016.

BRAGA, R. O fim do Lulismo. *In*: **Por que gritamos Golpe?**. Boitempo, 2016.

LIMA, I. L. S; ALMEIDA. B. L. F.

O fio da navalha: a extensão do desmonte dos direitos e as inflexões para o serviço social

BRASIL, **Projeto de Emenda Constitucional de número 241-55**. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1468431&filename=PEC241/2016 Acesso em: 30 de Novembro de 2016.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. Uma Ponte para o Futuro. Brasília, 29 de outubro de 2015. Disponível em: http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf Acesso em: 10 de Agosto de 2016.

FRIEDRICH, E. **Anti-Dühring**. Boitempo, 2005.

LÖVY, M. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil, *In: Por que gritamos Golpe?*. Boitempo, 2016.

LUKÁCS, György. Ontologia do Ser Social: Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. [Trad. Carlos Nelson Colinho] São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MAZZEO, A. C. **Estado e burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. 2º ed.- São Paulo: Cortez, 1997.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção capitalista. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

NETTO, J. P. Transformações societárias e serviço social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *In: Revista Serviço Social e Sociedade* n.50, ano XVIII. São Paulo: Cortez, 1996.

Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. *In: SILVA, M. L. O. (Org.). Serviço Social no Brasil*: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

RANIERI, J. O fenômeno do estranhamento e a atualidade do conteúdo da crítica ao capital: ainda Marx. *In: ANTUNES, R. (org) Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III*. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2014.